

A pandemia pela lente da vulnerabilidade de gênero: mulheres da favela e a crise do cuidado

Yarlenis Mestre Malfrán

A pandemia de Covid-19 ainda ecoa nas desigualdades que ajudou a aprofundar. Em um contexto marcado pelo avanço de políticas neoliberais e pelo enfraquecimento das políticas públicas, os impactos da crise não foram vividos da mesma forma por toda a população. Entre o que foi contado sobre a pandemia e o que, de fato, foi vivido nos territórios mais vulneráveis, há um abismo.

É a partir desse desencontro entre narrativa e experiência que voltamos o olhar para o Morro da Kibon, favela em Santo André, no ABC Paulista. Ao compreender saúde como algo indissociável das condições concretas de vida — e não apenas como ausência de doença — investigamos como as vulnerabilidades enfrentadas no cotidiano desse território se tornaram visíveis na mídia local. O foco foi observar de que maneira as experiências das mulheres da favela apareceram — ou foram silenciadas — no noticiário durante a pandemia.

A análise se baseou em reportagens publicadas pelo Diário do Grande ABC entre março de 2020 e abril de 2022. O recorte priorizou matérias que mencionavam o Morro da Kibon e abordavam os impactos da pandemia sobre a vida das mulheres. A partir desse material, buscamos compreender como a crise sanitária foi narrada e quais práticas sociais, vulnerabilidades e experiências foram destacadas — ou permaneceram à margem — no discurso jornalístico.

Desde o início da pandemia, organismos internacionais já alertavam que as mulheres seriam desproporcionalmente afetadas. A sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, intensificada pelo fechamento das escolas e pelo isolamento em casa, veio acompanhada do aumento dos riscos de violência contra mulheres e meninas. Esses alertas ganharam ainda mais gravidade em contextos de desigualdades sociais profundas e fragilidade das políticas públicas de proteção.

Vozes da periferia: quando a fome vira personagem e a política desaparece

Entre as poucas matérias que abordaram os impactos da pandemia nas periferias do Grande ABC, algumas construíram narrativas em que a fome ocupa o centro da cena. O território aparece diluído em recortes regionais mais amplos, e o Morro da Kibon surge como parte de um conjunto indistinto de favelas atravessadas pela crise sanitária.

Ao assumir esse foco, a narrativa trata a fome como consequência quase natural da pandemia, deslocando-a de sua condição de problema estrutural. A vulnerabilidade aparece como traço permanente dos sujeitos da favela, como se fosse característica inerente aos territórios

periféricos, e não resultado de decisões políticas, desigualdades históricas e da ausência sistemática do Estado.

Esse efeito se reforça na linguagem adotada. Expressões como “população mais carente” produzem uma imagem homogênea da periferia, apagando múltiplas formas de organização, resistência e agência que marcam esses territórios. Não se trata de negar vulnerabilidades reais, mas de questionar a forma como elas são narradas: como destino inevitável, e não como construção social.

Os relatos individuais, mobilizados para dar concretude à crise, cumprem um papel ambíguo. Aproximam o leitor das experiências na favela, mas acabam ilustrando uma tragédia coletiva sem o devido contexto estrutural. Desemprego e fome surgem como problemas que “passam a existir” com a pandemia, reforçando a ideia de ruptura súbita, quando, na realidade, se tratou do agravamento de condições já existentes.

Nesse enquadramento, problemas estruturais aparecem como forças externas que “chegam” aos territórios, enquanto a resposta social se organiza majoritariamente em torno do assistencialismo. As “boas ações” e a solidariedade ocupam o lugar central da solução, enquanto o papel do poder público na garantia de direitos básicos é secundarizado. O que é estrutural se torna pontual; o que é político se transforma em caridade.

Ao mesmo tempo, a narrativa se desloca para as experiências das mulheres, apresentadas como principais responsáveis por lidar com a fome, o cuidado e o sofrimento emocional no cotidiano da pandemia. Mães, cuidadoras e gestoras da sobrevivência doméstica aparecem associadas ao medo, ao desânimo e ao adoecimento mental. Essas imagens dialogam diretamente com denúncias históricas dos movimentos feministas: o trabalho de reprodução social, essencial à manutenção da vida, continua invisibilizado, desvalorizado e tratado como dever moral, não como responsabilidade coletiva e estatal.

Ao expor essas vivências sem tensionar as estruturas que as produzem, a cobertura oscila entre dar visibilidade às mulheres da periferia e aprisioná-las em narrativas de sofrimento individual. O resultado é uma gramática jornalística que sensibiliza, mas pouco confronta; que mobiliza solidariedade, mas não questiona as desigualdades que continuam empurrando as mulheres das favelas para fora das agendas públicas de saúde, cuidado e direitos.

Da caridade à política: por que a reprodução da vida precisa ser pública

Ao colocar em evidência as experiências das mulheres sem enfrentar as estruturas que as produzem, a cobertura da pandemia acaba reiterando um dos mecanismos centrais da desigualdade: a naturalização do trabalho de reprodução social.

São as mulheres que sustentam a vida cotidiana em meio à crise - garantindo alimento, cuidado, afeto e sobrevivência - enquanto esse trabalho permanece invisível, desvalorizado e tratado como responsabilidade privada. A pandemia não criou essa lógica, mas a escancarou. Ao deslocar o foco da política para a caridade e da responsabilidade coletiva para o sacrifício individual, perde-se a oportunidade de reconhecer que a reprodução da vida é uma questão pública, que exige respostas estruturais do Estado e a centralidade das mulheres das favelas como sujeitas de direitos, e não apenas como personagens do sofrimento.